



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 136/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1-Processo TCE nº 1612/2014.

Apenso: Processo nº 1622/2014.

2-Assunto: Prestação de Contas Anual.

3-Órgão: Fundo Municipal de Inclusão Socioeducacional - FMIS.

4-Exercício: De Agosto à Dezembro de 2013.

5-Responsável: Sra. Luiza Maria Bessa Rebelo, Diretora Geral.

6-Unidade Técnica: DICAD/MA – Relatório nº 32/2014 (fls. 187/192).

7-Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº. 3574/2014-MP-RMAM, do Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas (fl. 194).

8-Relator: Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas. Fundo Municipal de Inclusão Socioeducacional. Exercício 2013.

Contas Regulares. Determinação a atual Diretora Geral. Quitação à responsável.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Exmo. Sr. Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Julgar regular a Prestação de Contas Anual do Fundo Municipal de Inclusão Socioeducacional - FMIS, referente ao exercício de 2013, de responsabilidade da Sra. **Luiza Maria Bessa Rebelo**, Diretora Geral da Escola de Serviço Público Municipal, nos termos do art. 71, II, c/c o art. 75 da Constituição Federal, art. 1º, II, c/c art. 22, II, da Lei Estadual nº 2423/96, e art. 188, §1º, I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

9.2- Determinar que a atual Diretora Geral da Escola de Serviço Público Municipal, com fulcro no Capítulo IV, art. 17, X, da Lei Delegada nº 01/2013, determine que a Prefeitura Municipal de Manaus proceda a efetiva extinção da UG 610.901 e da UG 140.901, relativas ao Fundo Municipal de Inclusão Socioeducacional – FMIS;

9.3- Dar quitação à responsável, nos termos do art. 23, da Lei Estadual nº 2423/96, c/c art. 189, I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM.

10- Ata: 7ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 04 de março de 2015.

12- Especificação do quórum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente) Julio Cabral, Raimundo José Michiles, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

Diário Eletrônico do TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS - DIRAC

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 136/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral